

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 136 – 02/03 a 06/03/2020

Sumário

- ✘ Destaque da Semana
- ✘ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- ✘ Notícias do Executivo
- ✘ Notícias do Ministério Público do Trabalho
- ✘ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ✘ eSocial
- ✘ Outras Notícias
- ✘ Atos Normativos
- ✘ Dados Estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Justiça do Trabalho invalida normas que violam sigilo sobre a saúde de trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/03/2020

A 4ª Vara do Trabalho de Brasília (DF), em 28/2/2020, declarou nulos atos do Conselho Federal de Medicina (CFM) - o Parecer n. 3/2017 e o art. 9º, caput e § 1º, caput e inciso VIII, da Resolução n. 2.183/2018 -, porque reconheceu neles a autorização para os médicos brasileiros violarem o sigilo de informações íntimas do trabalhador. A sentença também proíbe que o conselho profissional edite novos atos que autorizem o desrespeito à intimidade das informações de saúde dos trabalhadores presentes nos prontuários médicos produzidos pelos serviços de saúde do trabalho nas empresas (SESMTs, em especial) e dentro dos diversos programas de saúde ocupacional que executam (PCMSO, principalmente)

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[CNT questiona adicional de periculosidade para motorista de caminhão sem transporte de carga inflamável](#)

Supremo Tribunal Federal - 03/03/2020

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 654, com pedido de medida liminar, contra decisões da Justiça do Trabalho que condenaram empregadores ao pagamento do adicional de periculosidade a motoristas de caminhão que conduzem veículo com tanque de combustível com quantidade superior a 200 litros utilizado para abastecimento próprio.

[Motorista da Votorantim não receberá adicional de insalubridade por contato com cimento](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/03/2020

A Votorantim Cimentos S.A. não terá de pagar o adicional de insalubridade a um motorista operador de bomba que tinha contato com cimento. A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ao excluir a condenação, considerou que a manipulação do cimento no exercício da função desempenhada por ele não está entre as atividades e operações classificadas como insalubres nas Normas Regulamentadoras (NRs) do extinto Ministério do Trabalho.

[Ação coletiva não impede tramitação de ação individual com mesmo pedido](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/03/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou o retorno à 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis (SC) da reclamação trabalhista ajuizada por um empregado da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. que trata do mesmo assunto de uma ação coletiva ajuizada pelo sindicato da categoria. Segundo a Turma, não há vinculação entre as duas ações, porque foram ajuizadas por partes diferentes.

[Pedreiro vai receber pensão mensal vitalícia em razão de problema lombar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/03/2020



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Montepino Ltda., de São Paulo (SP), ao pagamento de pensão vitalícia a um pedreiro acometido de doença lombar. Para a Turma, embora o empregado tenha sido readaptado para a função de inspeção, a redução permanente da capacidade de trabalho constitui, por si só, situação prevista na lei para a concessão da pensão.

[Gestante que engravidou durante aviso-prévio receberá indenização relativa à estabilidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/03/2020

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Scansource Brasil Distribuidora de Tecnologias Ltda., de São Paulo (SP), ao pagamento dos salários e das demais vantagens relativas à estabilidade provisória a uma assistente comercial que engravidou durante o aviso-prévio. A Turma seguiu o entendimento de que a garantia da estabilidade visa, principalmente, à proteção do bebê.

[Empregado com câncer em estado avançado deve ser reintegrado](#)

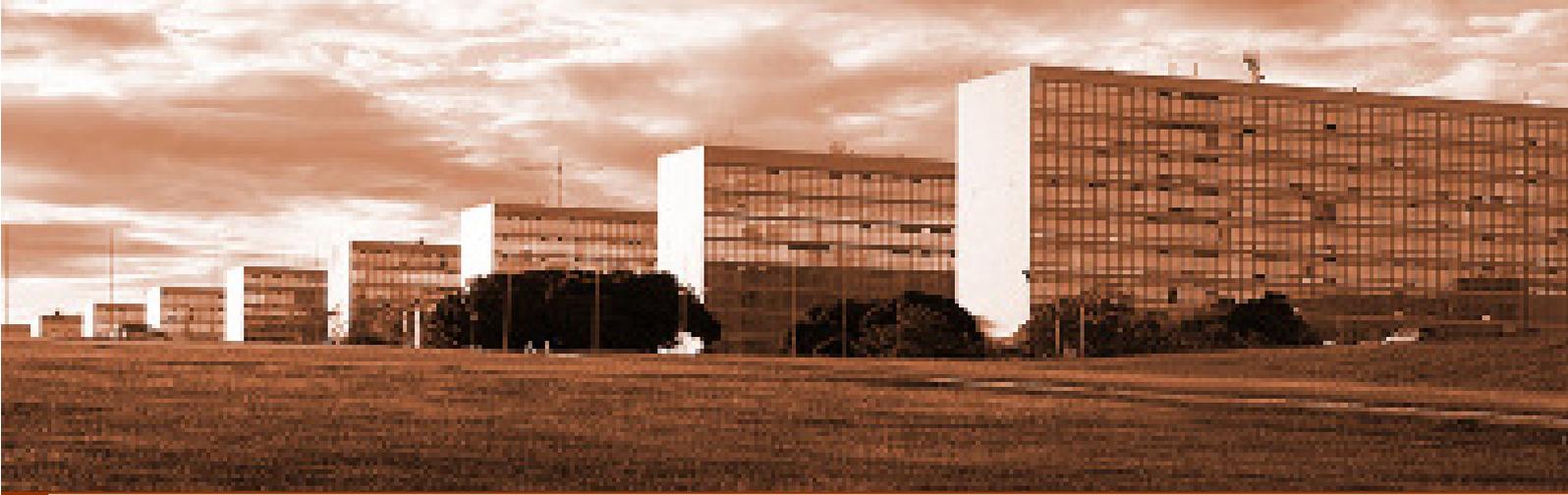
Tribunal Superior do Trabalho - 04/03/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a reintegração de um empregado da Brasdril Sociedade de Perfurações Ltda. dispensado uma semana depois de retornar de afastamento para tratamento de câncer do reto em estado avançado. Para a Turma, a dispensa foi presumidamente discriminatória.

[Presidente do TST fala sobre transformações nas relações de trabalho em palestra na Fiesp](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/03/2020

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Cristina Peduzzi, participou nesta terça-feira (3) da reunião do Conselho Superior de Relações do Trabalho (Cort) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O tema da discussão foram as metamorfoses do trabalho e a 4ª revolução industrial. Em sua apresentação, a ministra tratou de tecnologia, novas modalidades de trabalho e adaptações normativas necessárias.



Notícias do Executivo

[Inaugurada unidade do Na Hora que centraliza Perícia Médica em Brasília](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 03/03/2020

Foi inaugurada nesta terça-feira (3), em Brasília, a primeira central de perícias médicas do país criada e mantida em conjunto pelo governo federal e por um governo local – no caso, o governo do Distrito Federal. A nova Unidade de Atendimento Na Hora Perícia Médica Federal tem 24 consultórios e capacidade para mais de 12 mil perícias médicas por mês.

[Fundacentro e Ministério Público do Trabalho firmam parceria](#)

Fundacentro - 03/03/2020

A Fundacentro e o Ministério Público do Trabalho – MPT firmaram um protocolo de intenções para o desenvolvimento de ações, estudos e projetos conjuntos voltados para a segurança e saúde no trabalho. Também se pretende, com a troca de experiências entre as instituições, produzir e disseminar informações e sensibilizar a sociedade para a prevenção de acidentes de trabalho e agravos à saúde dos trabalhadores.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT-PB e TRT convocam sociedade para Abril Verde 2020](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/03/2020

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB), o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e órgãos parceiros convocam entidades governamentais, empresas e sociedade civil para a adesão à campanha “Abril Verde 2020”, movimento nacional pela prevenção a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

[MPT lança campanha que reforça: lugar de mulher é onde ela quiser](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/03/2020

Violência doméstica, assédio sexual, desigualdade salarial, sexismo, dupla jornada e falta de apoio às mães trabalhadoras. Para combater irregularidades como estas, que afetam as mulheres no mercado de trabalho, o Ministério Público do Trabalho (MPT) lança neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, campanha nas redes sociais que reforça: lugar de mulher é onde ela quiser.

[Lei garante remuneração e repouso a trabalhadores infectados pelo coronavírus](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/03/2020

A Lei nº 13.979, que entrou em vigor no último dia 7 de fevereiro, garante a remuneração e o repouso do trabalhador afastado, com suspeita ou confirmação de infecção pelo coronavírus. O texto determina que o trabalhador não deve exercer suas funções, mesmo que remotamente, apresenta medidas de combate a Covid-19 no Brasil e destaca prevenções a serem tomadas em decorrência do surto, como isolamento e quarentena de empregados.

[Biblioteca virtual “PCD Legal” já alcançou mais de 3 mil cidades de 150 países](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/03/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

O website foi desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES) e contempla diversas tecnologias para exibir diversos conteúdos legais utilizando textos, áudios ou vídeos, inclusive em versões na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Alguns exemplos dos recursos acessíveis são: ampliação e redução de fonte, conteúdo em áudio gravado por locutores, inversão de contraste de fundo de tela, conteúdo do vídeo em libras (com intérpretes especializados), preparação descritiva para leitores de HTML e sintetizadores de voz. O acesso ao portal e o download das publicações são gratuitos.

[PGT contesta MP 905 em audiência pública no Senado](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/03/2020

Em audiência pública realizada nesta segunda-feira (2), no Senado Federal, o Ministério Público do Trabalho (MPT) apontou que a Medida Provisória nº 905/2019, que cria o chamado Contrato Verde e Amarelo, pode prejudicar o repasse de recursos que a instituição faz aos estados. O alerta foi feito pelo procurador-geral do MPT, Alberto Balazeiro, em debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH) presidido pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Auditoria-Fiscal do Trabalho responsabiliza estatal paulista por trabalhadores escravizados em obra](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 05/03/2020

Na conclusão de uma ação fiscal, a Auditoria-Fiscal do Trabalho responsabilizou a empresa estatal paulista Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU pelos trabalhadores encontrados em condição análoga à de escravos nas obras de construção de unidades habitacionais. De acordo com os Auditores-Fiscais do Trabalho responsáveis pela ação, a condição degradante foi um dos motivos para que fosse constatado o trabalho escravo no local, já que o alojamento “atentava contra a dignidade da pessoa humana”. Além disso, contribuiu para a caracterização da situação o fato de o empregador ter enganado os trabalhadores sobre a remuneração, o fornecimento de alimentação e as condições de trabalho.

[SINAIT e especialistas apontam prejuízos da MP 905 para a Fiscalização do Trabalho e trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/03/2020

Os prejuízos trazidos pela Medida Provisória – MP nº 905/2019 à CLT, à legislação trabalhista e previdenciária e aos trabalhadores em geral foram criticados por especialistas da área, que avaliaram o relatório da matéria durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado – CDH, nesta segunda-feira, 2 de março. A MP teve mais de 900 emendas analisadas, mas para os participantes do debate de nada adiantaram os esforços, uma vez que o relatório piorou o que já estava ruim.

eSocial

Notícias do e-Social

[Substituição do CAGED: portaria regulamenta uso de certificado digital para não obrigados ao eSocial](#)

Portal eSocial - 05/03/2020

[Portaria](#) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho publicada nesta quinta-feira regulamentou o uso de certificado digital padrão ICP nas transmissões de informações ao Sistema CAGED. Até então, o uso de certificado digital era exigido no caso de estabelecimentos com mais de 20 empregados, conforme definido na Portaria MTE nº 1.129 de 23/07/2014, e agora passou a ser obrigatório para estabelecimentos com mais de 10 empregados.



Outras Notícias

[Sem hierarquia entre empresas não se reconhece grupo econômico, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 07/03/2020

A existência de sócios em comum e de coordenação entre as empresas não são suficientes para caracterizar a existência de grupo econômico. É preciso relação de hierarquia entre as empresas caracterizadas. Com esse entendimento, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a responsabilidade solidária de empresa amazonense por supostamente formar grupo econômico com outra paulista.

[Função da indenização também é desencorajar ofensas futuras, diz TRT-2](#)

Consultor Jurídico - 07/03/2020

A indenização objetiva não apenas compensar a dor moral sofrida, mas, ainda, punir o ofensor, desencorajando a prática do ato ofensivo. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região decidiu confirmar a sentença de primeiro grau que condenou a rede de supermercados Walmart ao pagamento de R\$ 200 mil em dano moral à mãe de um trabalhador que morreu em serviço.

[Norma coletiva pode prever vale alimentação diferenciado a empregados](#)

Consultor Jurídico - 03/03/2020

É válida a norma coletiva que estabelece valores diferenciados de tíquete-alimentação em relação ao local de serviço prestado ou do tomador de serviço. A decisão é da 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao afastar decisão que havia condenado a MGS Minas Gerais Administração e Serviços — empresa estatal que presta serviços de terceirizados para o próprio Executivo e para outros órgãos públicos — a pagar diferenças de valores de tíquete-alimentação a uma advogada que prestava serviços a órgãos públicos.

[Alteração de norma interna que reduz benefício não atinge funcionário antigo](#)

Consultor Jurídico - 02/03/2020



Outras Notícias

Alteração de norma interna de empresa sobre benefícios previdenciários não atinge trabalhadores admitidos antes disso, pois eles já adquiriram esse direito. Com esse entendimento, a 14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro condenou o Itaú Unibanco a cumprir norma interna que garante aos empregados aposentados por tempo de serviço que ficarem doentes a complementação salarial entre o valor do INSS e o salário, pelo período de dois anos.

[Gilmar manda TST rever decisão que aplica IPCA-E para correção de débito trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 02/03/2020

Desde 2016, o índice usado para correção de débitos trabalhistas é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) —calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) —, usado como parâmetro para medir a inflação. O emprego do IPCA-E nessas situações foi determinado em 2016 pelo TST. Uma decisão monocrática do STF — ministro Gilmar Mendes —, contudo, determinou que o TST deve julgar novamente a questão, pois a corte trabalhista interpretou erroneamente precedentes do Supremo. “É de rigor oportunizar àquela Corte eventual juízo de retratação no caso”, afirmou em sua decisão.

[Não cabe indenização se acidente de trabalho ocorre por culpa da vítima](#)

Consultor Jurídico - 02/03/2020

Se acidental durante o trabalho, ainda que de forma mortal, não gera indenização se a culpa pelo acontecimento for exclusivamente da vítima. Foi com base nesse entendimento que a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região decidiu que a mãe de uma funcionária que morreu durante viagem de trabalho não tem direito a receber indenização por danos morais e materiais.

[STJ vai definir prorrogação de plano para trabalhador em tratamento](#)

Consultor Jurídico - 02/03/2020



Outras Notícias

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça vai decidir, sob o rito dos recursos repetitivos, sobre a possibilidade de prorrogação de plano de saúde para trabalhador que exige tratamento constante. A questão envolve o parágrafo 1º do artigo 30 da Lei 9.656/1998, que assegura ao trabalhador — nos casos de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa — o direito de se manter como beneficiário do plano, nas mesmas condições de cobertura assistencial, desde que assuma o pagamento integral do serviço de saúde, pelo prazo máximo de 24 meses.



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 955, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020](#) (DOU de 02/03/2020 Seção I Pág. 17) - Reformula os orçamentos financeiro, operacional e econômico do FGTS, para o exercício de 2020, e os orçamentos plurianuais, para o período 2021-2023;

[EDITAL Nº 1/2020](#) (DOU de 02/03/2020 Seção III Pág. 93) - Divulga o regulamento do processo seletivo público para o preenchimento de 4 (quatro) vagas de entidades não governamentais privadas, a fim de compor a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE;

[PORTARIA SEPRT Nº 6.136, DE 3 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 05/03/2020 Seção I Pág. 77) - Estabelece procedimentos para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. (Processo nº 19965.100030/2020-05);

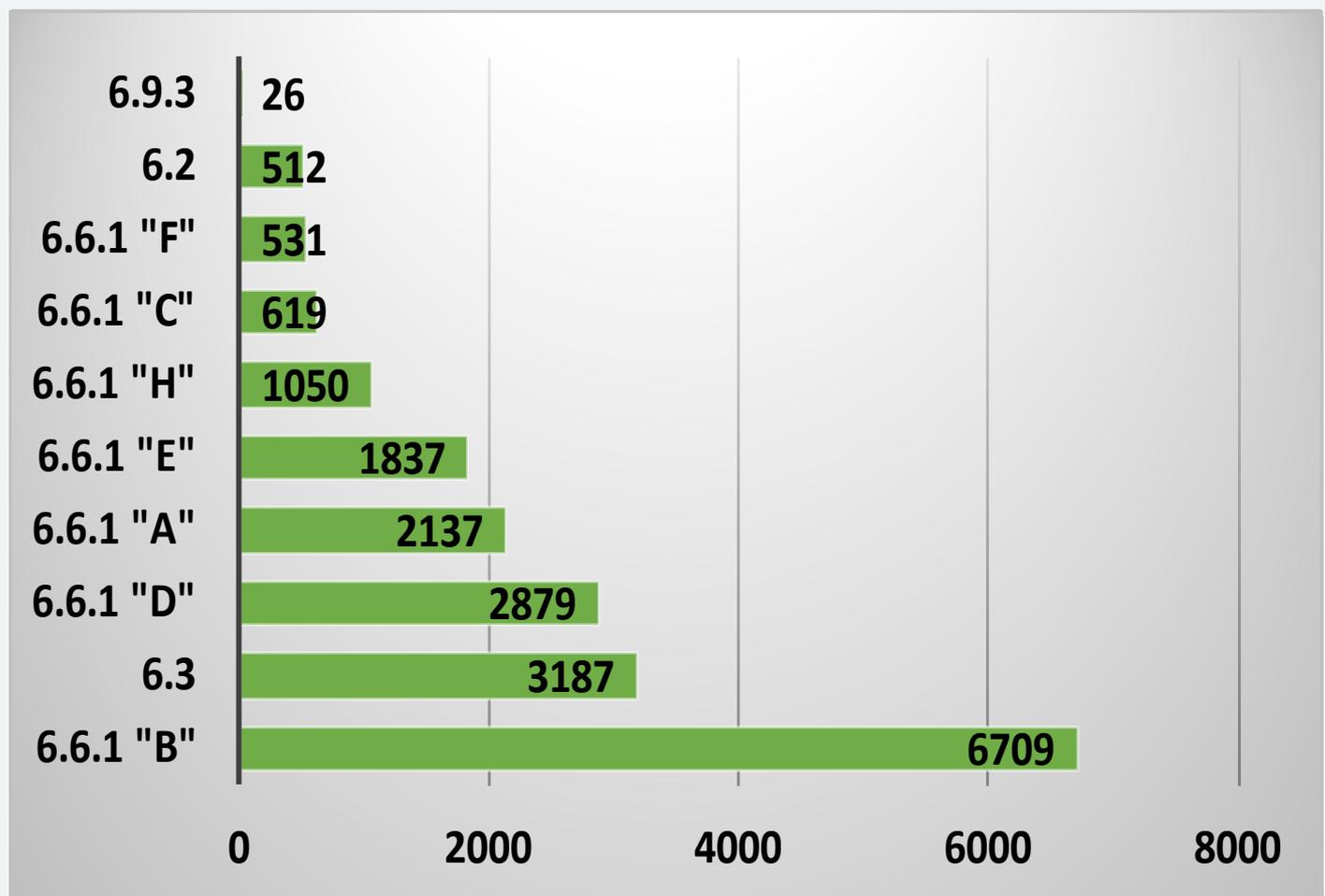
[PORTARIA SEPRT Nº 6.137, DE 3 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 05/03/2020 Seção I Pág. 77) - Torna obrigatória a utilização de certificado digital válido para a transmissão da declaração do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED por todos os estabelecimentos que possuem 10 (dez) ou mais trabalhadores. (Processo nº 19965.100032/2020-96);

[PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 5 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 06/03/2020 Seção I Pág. 72) - Comunica para cumprimento a decisão proferida na Ação Civil Pública nº 0059826-86.2010.4.01.3800/MG. (Determina ao INSS que reconheça, para fins de concessão de pensão por morte, a dependência do filho inválido ou do irmão inválido, quando a invalidez tenha se manifestado após a maioridade ou emancipação, mas até a data do óbito do segurado, desde que atendidos os demais requisitos da lei, essa decisão produz efeitos para benefícios com Data de Entrada de Requerimento-DER a partir de 19/08/2009 e alcança todo o território nacional).



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 06 (Equipamentos de Proteção Individual) mais capitulados como "Regularizado na Ação Fiscal" durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
b) exigir seu uso;

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- c) para atender a situações de emergência.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,

6.2 O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.9.3 Todo EPI deverá apresentar em caracteres indeléveis e bem visíveis, o nome comercial da empresa fabricante, o lote de fabricação e o número do CA, ou, no caso de EPI importado, o nome do importador, o lote de fabricação e o número do CA.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico